



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 50

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1967

ATA DA 54ª SESSÃO, EM 8 DE MAIO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN.

As 14.30 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
José Ermírio
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Carlos Lindemberg
Raul Giuberti
Paulo Tôrres
Carvalho Pinto
Armando Storm
Bezerra, Neto
Ney Braga
Atílio Fontana
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presenças acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Ministro da Educação e Cultura
Aviso nº 557 Br., de 27.4.67, com referência a requerimento do Sr. Senador José Ermírio.

Aviso nº 558 Br., de 27.4.67, com referência a requerimento do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

Do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Aviso nº 80, de 4 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 72-67, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

Do Ministro das Relações Exteriores

Aviso IRBr-SRC-G-11-311.5, de 4 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 14-67, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

Do Ministro da Saúde

Aviso Gb nº 358, de 27.4.67, com referência ao Requerimento nº 12-67, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

Do Ministro do Trabalho e Previdência Social

Aviso GM-BR-404, de 3 do mês em curso, com referência ao Requerimento

SENADO FEDERAL

Memento nº 79-67, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

Aviso GM-BR-405, de 3 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 77-67, do Sr. Senador Vasconcellos Tôrres.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Em 8 de maio de 1967

Comunicação de Eleição e Posse

— da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará;

— do Prefeito Municipal de Uru-

buretama, CE;

— do Prefeito Municipal de Nossa

Senhora das Dores, SE;

— da Mesa da Câmara Municipal

de Acajutiba, BA;

— do Prefeito Municipal de Boia-

nópolis, BA;

— do Prefeito Municipal de Barra,

BA;

— do Prefeito Municipal de Ira-

maia, BA;

— do Prefeito Municipal de Mu-

curi, BA;

— do Prefeito Municipal de Pra-

do, BA;

— do Presidente do Conselho Fe-

deral de Engenharia, Arquitetura e

Agronomia, Rio de Janeiro, Estado da

Guanabara;

— do Prefeito do Distrito Federal;

— do Presidente do Conselho Na-

cional do Petróleo, Brasília, DF;

— do Presidente da Coordenação

do Desenvolvimento de Brasília, DF;

— do Prefeito Municipal de Aras-

suaí, MG;

— da Mesa da Câmara Municipal

de Contagem, MG;

— do Prefeito Municipal de São

Gonçalo do Abaeté, MG;

— da Diretoria da Federal dos Tra-

balhadores nas Indústrias Extrativas

do Estado de São Paulo;

— da Mesa da Câmara Municipal

de Junqueirópolis, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal

de Pompeia, SP;

— da Mesa da Assembléia Legisla-

tiva de São Paulo.

Diversos Assuntos

— do Governador do Amazonas manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Senador Loureiro Fontes;

— do Presidente da Assembléia Le-

gislativa do Estado do Pará congra-

tuando-se com o Congresso pela apre-

sentação do Projeto de Lei que revo-

ga o Decreto nº 314 e revigora a Lei

nº 1.802, de cinco de janeiro de 1953,

Lei de Segurança Nacional;

— do Presidente do Gabinete Exe-

cutivo da Arena da Paraíba congra-

tuando-se com o Congresso pelo re-

rio integral e não 70% do salário mí-

nimos;

— da Câmara Municipal de Ara-

raquara, fazendo apelo no sentido de

ser facilitado o método de naturaliza-

ção de estrangeiros;

— da Câmara Municipal de Arara-

qua, SP, fazendo apelo no sentido de

que o Pósto do SAMDU atenda indistintamente toda a população da

que localidade;

— da Câmara Municipal de Anhembi,

SP, manifestando-se contrária a

pretendida prorrogação dos

atuais mandatos municipais;

— da Câmara Municipal de Jundiaí,

SP, fazendo apelo no sentido de

apoio ao movimento em defesa da

instituição dos direitos dos velhos;

— da Câmara Municipal de Presi-

dente Epitácio, SP, manifestando-se

contrária, às medidas adotadas pelo

governo do Estado do Paraná com

relação à exportação de madeiras em

tórios para outros estados da federa-

ção;

— da União dos Aposentados e

Pensionistas do Brasil, São Paulo, fa-

zendo apelo no sentido do congele-

mento dos aluguéis residenciais;

— da Associação Interamericana

de Imprensa, SP da Associação Rio-

grandense de Imprensa, RS, e da Cá-

mara Municipal de São Paulo, mani-

festando-se contrárias à Lei de Se-

gurança Nacional;

— do Padre Roberto Maria Drum-

ond Gonçalves, de Santos, SP, fa-

zendo apelo para constar na bandeira

nacional o emblema do Coração

de Jesus;

— da Câmara Municipal de Ribeirão

Preto, SP, fazendo apelo no sén-

tido da adoção do novo sistema de

eleições por distritos eleitorais;

— da Câmara Municipal de Ribeirão

Preto, SP, Estado de São Paulo, fa-

zendo apelo no sentido de que os

vereadores municipais gozem dos

mesmos direitos dos deputados fe-

derais e estaduais, quanto ao abati-

mento das tarifas postais;

— da Assembléia Legislativa de São

Paulo, SP, congratulando-se com o

Senado Federal pela eleição da Mesa

que dirigirá os trabalhos em 1967;

— da Câmara Municipal de São

Paulo, SP, fazendo apelo no sentido

da instituição do "Dia do Guarda

Civil";

— da Câmara Municipal de Taubaté,

SP, fazendo apelo no sentido da

revisão do art. 16 da Constituição

Federal;

— do Sr. Caiubi Nunes, mani-

festando-se contrário às medidas toma-

das pela MANESMANN sobre investi-

mentos;

— do Sr. Jesus Garcia, fazendo

apelo no sentido da aprovação do

projeto de Lei nº 3.988;

— do Sr. Antônio Ferreira de Je-

sus, fazendo apelo no sentido da

MANESMANN liberar suas econô-

rias retidas, há vinte anos de trabalho;

— do Diretor Presidente da VARIG, agradecendo as demonstrações de apreço do Congresso Nacional na evolução da figura e obra do Sr. Ruben Berta;

— da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, GB, enviando sugestões sobre o Anteprojeto de Regulamentação da Profissão de Jornalista;

— da Câmara Municipal do Rio Grande, RS, fazendo apelo no sentido do congelamento dos alugueis residenciais.

PARECERES

Parecer nº 287, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 41, de 1967 (número 1.480-A-63 — Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de NC\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados novos), destinado a atender às despesas de instalação da sua sede nova e de 6 (seis) Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

Resultou o presente projeto de lei de representação da 1ª à 2ª ao Poder Legislativo pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, na qual solicitou providências para que fosse o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NC\$ 5.000,00 (cinco mil cruzados novos), destinado a atender às despesas de instalação da nova sede e seis Juntas de Conciliação e Julgamento, em Porto Alegre. A representação é de 24 de maio de 1962 e a Câmara dos Deputados ultimou o presente projeto a 10 de abril de 1967.

2. No seu artigo 59, a nova Constituição do Brasil, embora estabeleça a iniciativa das leis a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, como ocorre na espécie, determinou no art. 60, I e II, ser da exclusiva competência do Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira ou aumentar a despesa pública. A mesma Constituição exercia esta linha de excluir da iniciativa do poder legislativo matéria como a do presente projeto, quando estabelece em seu artigo 67: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subsvenção ou auxílio, ou de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

3. Pelo texto transscrito nem simples leis autorizativas de abertura de crédito, que criem ou aumentem despesas, podem ser originárias do Poder Legislativo. Poder-se-ia objetar que a proposição em exame, quando se iniciou era autorizada pela Carta de 46. Mas estando em andamento quando passou a vigorar a Constituição de 15 de março é atingida pelas imposições desta. Pelo menos é o entendimento dos intérpretes consagrados, como Carlos Maximiliano que, tratando das leis constitucionais observou regerem elas o *presente e o futuro*, e ajusta este conceito à espécie: "A sua aplicação é imediata: tudo o que se lhes contrapõma, fica eliminado. O poder constituinte é absoluto." ("Direito Intertemporal", parágrafo 280).

4. Nenhuma ressalva para os processos que encontram em andamento lá na Constituição do Brasil. Resta ao tribunal proponente renovar sua

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALEBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

mensagem através do Poder Executivo.

A Comissão de Finanças, ante o exposto, opina pelo arquivamento do projeto, que deve ser comunicado ao Tribunal proponente se aprovado pelo plenário do Senado.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1967. — João Cleofas, Presidente, eventual. — Bezerra Neto, Relator. — Oscar Passos — Pessoa de Queiroz — Clodomir Millet — José Leite — Fernando Corrêa — José Ernirio — Petrônio Portela.

em municípios chaves para a Justiça do Trabalho, por sua importância e localização geográfica, de mais fácil acesso e meios de comunicação, os quais poderão servir de sede a novas Juntas de Conciliação e Julgamento".

Rossalta, ainda, a mesma Exposição de Motivos, o fato de que, "com a recente promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural", cresceu, de forma aceitada, o número dos que procuram os órgãos juridicionais da Justiça do Trabalho", razão pela qual torna-se indispensável a criação de novas Juntas.

5. Do estudo da proposição, verifica-se que a mesma se encontra em perfeita ordem, obedecendo aos critérios e preceitos legais vigentes no âmbito do serviço público civil, nada havendo que lhe possa ser arguido ou oposto.

7. Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de criação de Juntas de Conciliação e Julgamento solicitada pelo próprio Poder Executivo para atender às imperativas necessidades da Justiça do Trabalho na extensa região que específica, a Comissão de Serviço Público Civil opina aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1967. — Arnon de Mello, Presidente. — Vasconcelos Torres, Relator. — Paulo Torres — José Feliciano — José Guionard.

PARECER Nº 288, DE 1967

Da Comissão de Serviço Público Civil sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1966, (nº 1.847-B-64 na Câmara), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na Sexta Região da Justiça do Trabalho e da outras providências.

Relator: Senador Vasconcelos Torres.

Originário do Poder Executivo (Mensagem nº 43, de 1964), o presente projeto cria "na 6ª Região da Justiça do Trabalho 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: 6ª e 7ª, com sede em Recife; única em Cabo, única em Catende, única em Limoeiro e única em Pesqueira, no Estado de Pernambuco, única em Patos, única em Itabaiana e única em Souza, no Estado da Paraíba; única em Penedo, única em União dos Palmares e única em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, única em Mossoró, única em Caiçó, única em Nova Cruz e única em Macau, no Estado do Rio Grande do Norte" (art. 1º).

2º. O artigo 2º dá competência ao TRT da 6ª Região para baixar Resolução fixando a jurisdição das Juntas criadas, bem como para alterar a das atualmente existentes.

3. Pelos artigos 3º e 4º são criados os cargos de Juiz do Trabalho, Juiz do Trabalho Substituto, Vogais, Suplentes e funcionários da Secretaria, em número necessário e indispensável ao funcionamento das novas Juntas de Conciliação e Julgamento, com "a remuneração correspondente à atribuída aos ocupantes de igual função na mesma Região" (§ 1º do art. 3º).

4. O Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em sua Exposição de Motivos sobre a matéria nº 110-B, de 1964, esclarece existirem em andamento, sómente em Recife, cerca de dez mil processos nas suas cinco Juntas — isso em 1964 — mas que, apesar de terem sido criadas novas Juntas, em andamento a solicitação feita em 1957, "o aumento ponderável da densidade demográfica, naqueles Estados Nordestinos, está a exigir novo e mais vasto plano de extensão jurisdicional, criando-se novos órgãos de primeira instância,

O Parecer da Comissão de Legislação Social é pela aprovação.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1967. — Petrônio Portela, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Ruy Carneiro — Alvaro Maia — José Clodomir Millet — Júlio Leite — Manoel Vilaga.

PARECER Nº 290, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 324, de 1966 (nº 1.847-B-64, na Câmara), que cria Juntas de Conciliação e Julgamento e os respectivos cargos, na 6ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. O presente projeto teve sua iniciativa na Mensagem do Poder Executivo nº 45, de 1964, e cria, nos termos do seu art. 1º, "na 6ª Região da Justiça do Trabalho, 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas: 6ª e 7ª, com Sede em Recife; única em Cabo, única em Catende, única em Limoeiro e única em Pesqueira, no Estado de Pernambuco; única em Patos, única em Itabaiana e única em Souza, no Estado da Paraíba; única em Penedo, única em União dos Palmares e única em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas; única em Mossoró, única em Caiçó, única em Nova Cruz e única em Macau, no Estado do Rio Grande do Norte".

A Câmara dos Deputados aprovou a matéria, em substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, o qual, sem alterar os quantitativos, deu melhor feição legislativa.

A Comissão de Finanças é de Parcer para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1967. — João Cleofas, Presidente, eventual — Bezerra Neto, Relator — Oscar Passos Pessoa de Queiroz — Clodomir Millet — José Leite — Fernando Corrêa — José Ernirio — Petrônio Portela.

Pareceres nº. 291 e 292, de 1967

PARECER Nº 281, DE 1967

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 324, de 1966 (nº 3.498-B-66, na Câmara), que dispõe sobre a concessão de transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S. A., e dá outras providências.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O projeto em exame, de iniciativa do sr. Deputado Pinheiro Brisia, tem por objetivo conceder transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S. A. e em tráfego mútuo, inclusive na particular em regime de reciprocidade.

A Câmara aprovou o substitutivo do Sr. Deputado Vasco Filho, atual texto da proposta, no qual, alterando a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, que constituiu a Rede Ferroviária Federal, relaciona as pessoas às quais serão concedidos passos livres com direito a viagem em todas as ferrovias incorporadas a esta empresa, bem assim o percentual contemplado com o abatimento de 75%.

A proposta pretende restabelecer concessões anteriormente canceladas ou suspensas, criando, ainda, uma série de outras anteriormente previstas.

E sabido de todos o propósito do poder público federal, quando não de abolir totalmente muitos dos antigos benefícios de destas natureza, pelo menos de restabelecer a prestação gratuita de serviços comerciais ou industriais por parte das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Entendemos que a oportunidade do projeto o manifesta, no seu mérito, mas neste parecer expressamos a conveniência de ser ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, em face da nova Carta Magna e de Decretos-Laws do último Governo sobre a matéria.

Aliás, de conformidade com os termos do art. 10 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, as entidades autárquicas, quando e enquanto deficitárias, são obrigadas a extinguir a prestação gratuita de seus serviços.

Ora, o projeto em apreço, com sua excessiva liberalidade na concessão de passes livres e redução de preços de assagens, contraria frontalmente a política de transportes do Governo impenhado em solucionar o grave problema da evasão de rendas das ferrovias nacionais.

E' de todos conhecida a existência dos vultosos "deficits" que a Rede Ferroviária Federal vem apresentando nos últimos exercícios, malgrado as adequadas medidas que estão sendo tomadas tendentes a diminuir-las gradativamente, o último dos quais é a ordem de Cr\$ 300.000.000,00, salvo negativos esses que são cobertos com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

No momento, pois, em que os dirigentes dessa empresa e as autoridades governamentais porfiam em reduzir os enormes "deficits" com a execução metódica de ramais consideráveis antieconômicos, a concessão gratuita de benefícios, como os assinalados no projeto, virá por certo, dificultar sobremaneira esta e outras medidas restritivas de gastos.

Pelas razões expostas, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas manifesta-se pela rejeição do presente projeto.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1967. — José Leite, Presidente; Carlos Lindenberg, Relator e Lino de Britto.

PARECER Nº 202, DE 1967

a Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 286, de 1966 (nº 3.498-B-66 na Câmara), que dispõe sobre a concessão de transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferroviária Federal S. A.

Relator: Senador Pessoa de Queiroz

De autoria do Deputado Pinheiro Rizolla, o projeto em exame, remetido ao Senado nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, modifica a Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957, que criou a rede Ferroviária Federal, oferecendo novo encargo de pessoas às quais deverão ser concedidos passes livres com direito a viagem em todas as ferrovias incorporadas a esta empresa, e concedendo abatimento de 75% ao seu pessoal ativo e familiares na unidade operacional onde serve ou for presentado.

A proposição já foi detidamente examinada pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas desta Casa que a rejeitou por conter normas expressas contidas no art. 10 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966;

De conformidade com este diploma legal, as entidades autárquicas, como o caso a Rede Ferroviária Federal, deverão abolir a prestação gratuita de seus serviços, quando e enquanto se encontrarem em regime deficitário. O projeto, além de infringir preceitos legais, vai de encontro à política do governo no tocante à contenção fiscalística da evasão de numerários das ferrovias brasileiras.

Não há quem não desaconselha tais e qualquer medida liberalizante, quando concorre para dificultar, encurtar ou mesmo neutralizar as pressões tendentes a restringir saldos negativos das empresas governamen-

Ora, como se sabe, a Rede Ferroviária Federal vê-se mesmo na contingência de determinar a extinção de ramais anti-econômicos em face das dificuldades financeiras que vem enfrentando, evidenciadas através do seu último vultoso déficit da ordem de NCR\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos) e que deverá ser coberto com recursos provenientes do Tesouro Nacional.

Por estes motivos, a Comissão de Finanças é de parecer que a proposta deve ser rejeitada.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1967. — João Cleofas, Presidente eventual; Pessoa de Queiroz, Relator; Oscar Passos; Clodomir Millet; José Leite; Fernando Corrêa; José Ermírio; Bezerra Neto e Petrônio Portela.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 342, de 1967

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, sejam fornecidas seguintes informações:

1º Qual é o número de funcionários constantes do quadro da Secretaria do Senado?

2º Existe algum quadro suplementar?

3º Existe quadro especial de contratados?

4º Quantos e quais são os funcionários requisitados ou lotados fora de Brasília?

5º Quantos e quais são os funcionários à disposição de gabinetes (Mesa, Lideranças e Comissões) e a quem servem?

6º Após a vigência da atual Constituição ocorreu alguma nomeação?

7º O ato nomeativo se completa com a publicação da Ata da Reunião da Mesa Diretora que o aprovou ou imediatamente à assinatura?

8º Quantas reuniões foram publicadas após 15 de março, realizadas antes dessa data?

9º até o dia 14 de março, quantos novos funcionários foram admitidos sem concurso?

Justificação

O presente requerimento tem como objetivo o conhecimento completo da situação do pessoal do Senado. A atualização de tais informações, sobre ter útil aos membros da Câmara Alta, constituirá elementos de orientação da Mesa Diretora, capaz de aconselhar alterações que porventura se configurarem necessárias.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1967. — José Ermírio.

REQUERIMENTO

Nº 343, de 1967

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno, requeiro a Vossa Exceléncia que se dignie solicitar ao Senhor Presidente da Caixa Económica Federal o seguinte pedido de informação:

Se foram concedidos empréstimos aos Bancários e qual o critério adotado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1967. — Senador Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

A Presidência deferiu, hoje o Requerimento nº 340, apresentado na sessão anterior, no qual o Senhor Senador Raul Giuberti solicita informações a serem prestadas pelo Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento nº 340, apresentado na sessão anterior, no qual o Sr. Senador Raul Giuberti solicita informações a serem prestadas pelo Ministro dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE:

A primeira sessão de hoje, conforme deliberado e sessão anterior, será dedicada às comemorações do "Dia da Vitória". Tem a palavra o Senhor Senador Paulo Torres.

O SR. PAULO TÓRRES:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Soldado, e só-somente soldado, educado na escola da obediência e do dever, jamais poderia pensar, em 8 de maio de 1945, quando integrava a Força Expedicionária Brasileira, que, hoje, teria a honra de, como representante do povo fluminense, falar do alto desta tribuna sobre aquela data tão ansiosamente esperada: o Dia da Vitória.

Venho, pois, neste dia em que a humanidade comemora, com justa alegria, o término do maior conflito de todos os tempos, render, em nome dos meus coetâneos, o nosso preito de gratidão e o nosso profundo reconhecimento à memória dos bravos que em defesa da Democracia, penetraram, jovens ainda, naquela noite em que não há mais alvorada. Os nossos intrépidos marinheiros, arrojados aviadores e valentes soldados souberam, bravamente, honrar as tradições gloriosas do povo brasileiro. Não poderíamos ficar omisos e indiferentes ante a agressão traíçoeira e covarde dos nazifascistas que vieram, dentro de nossas águas territoriais, afundar os nossos navios mercantes e, assim, ceifar a vida de cestenas de irmãos nossos entre os quais velhos, mulheres e crianças indefesos.

E o Governo do inclito Presidente Getúlio Vargas, auscultando o sentir do povo brasileiro e inspirando-se nas patrióticas lições do nosso passado, em que fulgurou, entre muitos, os espíritos iluminados de Panamá, Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Nilo Peçanha, declarou guerra aos países totalitários. Outra não poderia ter sido a atitude de S. Exa. A sorte estava lançada.

Aceitamos, pois, o desafio. E a bordo dos navios mercantes e de guerra, no ar e nos campos da Europa, lutamos, bravamente, vencendo o inimigo e, não só desafrontávamos o Brasil da brutal agressão, como o projetávamos internacionalmente dentro de um sistema de forças que haveria de assegurar a sobrevivência dos padrões de cultura, justiça e liberdade que são o apanágio da vida humana.

A Força Expedicionária Brasileira, integrada por cidadãos oriundos de todos os Estados, e, muitos, descendentes de povos contra os quais lamos combater, desembarcou o seu primeiro escalão, em Nápoles, no dia 16 de julho de 1944 e, no dia 6 de setembro do mesmo ano, entra em ação, fazendo parte de um conjunto de tropas constituídas de norte-americanos, italianos, ingleses, canadenses, indianos, poloneses, sul-africanos. Homens de educação, cultura, hábitos, condições sociais e religião os mais diversos. Dentro desse conglomerado heterogêneo, a Força Expedicionária Brasileira emergiu como tropa de escol, no Teatro de Operações do Mediterrâneo.

Ao longo de 239 dias de lutas em terreno o mais variado, desde a planície aos pináculos do Apeninos e sob as condições de tempo as mais diversas, que chegaram a atingir 20 graus abaixo de zero, conquistamos o inimigo fortemente aguerrido e apetecido, às vezes, palmo a palmo, mais de 400 quilômetros, e vimos, com justo

orgulho, a Bandeira Brasileira ser erguida, após duros combates, em Camaiore, Monte Prano, Monte Castelo, Castelnuovo, Montes, Zocca, Collechio, Fornovo e as nossas valorosas tropas libertarem mais de meia centena de cidades e povoados, destacando-se as seguintes cidades: Vingenola, Parma, Cremona, Lodi, Placência, junção das tropas brasileiras e francesas. Longa, penosa e difícil foi a junção das tropas brasileiras e francesas. Longa, penosa e difícil foi a missão que coube à Força Expedicionária Brasileira.

Eis como o eminentíssimo Marechal Mascarenhas de Moraes, se dirigiu, em 2 de maio de 1945, término das operações na Itália, aos meus valerosos comandados: "A ordem de cessar fogo acaba de ser dada a todas as tropas que combatem na Itália."

"Gloria a Deus nas Alturas e paz entre os homens de boa vontade na terra".

Depois de quase seis anos de pesadas lutas, que ensanguentaram todos os quadrantes da Europa e fizera profundas cicatrizes no seu progresso e civilização, volta a reviver a paz nos campos e cidades que ainda ontem estremeciam às explosões das granadas e se tingiam de sangue dos bravos, que deram a vida em nome de um ideal e pelo advento de um mundo melhor.

O conflito que arrastou nações fortes e fracas, grandes e pequenas, ricas e pobres, chegou ao seu término neste Teatro de Operações, e está prestes a encerrar-se em toda a Europa. Ontem eram milhões que tinham as mãos sobre as armas mortíferas, espírito insensível ao sofrimento, coração fechado às emoções e pensamento fixo na vitória da causa comum.

Hoje é quase toda a Humanidade que se ajoelha contrita, espírito reanimado pela esperança, coração redivivo pel afé e pensamento voltado para a reconstrução do mundo e o bem da coletividade.

Quis o destino que, entre as armas vitoriosas que neste instante se ensaiaram, estivessem as nobres armas brasileiras, lançadas nesta grande conflagração mundial em defesa não sómente da honra e dignidade nacionais, mas também em nome da solidariedade humana e em prol do restabelecimento da confiança e do respeito entre as Nações, quaisquer que sejam as bases, o colorido e a força da sua estrutura política e econômica.

A Força Expedicionária que representou o Brasil nesta sanguinolenta guerra, cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas. Num terreno montanhoso, a cujos pináculos o homem chega com dificuldades; num inverno rigoroso que a totalidade da tropa veio enfrentar pela primeira vez e contra o inimigo audacioso, combativo e muito bem instruído, podemos dizer assim, mesmo, e por isso mesmo, que nossos bravos soldados não desmereceram a confiança que nelas depositavam os chefes e a própria Nação brasileira.

Após oito meses de luta, em que, como todos os Exércitos, sofremos pesados reversos e obtivemos brilhantes vitórias, o balanço de uns e outros é ainda favorável às nossas armas. Desde o dia 16 de setembro de 1944, a F.E.B. percorreu, conquistando ao inimigo, às vezes palmo a palmo, cerca de quatrocentos quilômetros de Luca a Alessandria, pelos valais dos rios Serchio, Reno e Panaro e pela planície do Pô; libertou quase meia centena de vilas e cidades; sofreu mais de duas mil baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos; fez o considerável número de mais de vinte mil prisioneiros, vencendo peleiras armadas e impindo a rendição incondicional e duas divisões inimigas.

um registro deveras honroso e de vulto para uma Divisão de Instrução. Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possibilidades materiais, porém, plenamente consentaneo com a noção de dever e amor à responsabilidade, revelados pelos nossos homens em todos os degraus e escadões da hierarquia, e em todas as crises e circunstâncias da campanha, que neste instante acabam de encerrar.

Regressamos com feridas ainda sangrando dos últimos encontros, mas, nunca, pela nossa atuação, o prestígio e o nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos.

É bem verdade, e vale a pena afirmar, que pago bem alto pagamos por esse resultado. O sangue dos nossos bravos camaradas tingiu de vermelho essas belas verde-escuas montanhas dos Apeninos e algumas centenas das nossas companheiros já não retornarão à Pátria, conosco, porque dormem o sono eterno, sob as terras úmidas e verdejantes das planícies da Toscana.

Não foram muitos os meses que aqui passamos; muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporamos ao ricí opatrimônio e às nossas belas tradições militares: Camaiore — Monte Prano — Barga — no vale do Serchio; Monte Castello — La Serra — Castelnuovo, no vale do Rio Reno; Montese — Zocca — Marano su Panaro, no vale do Rio Panaro; Colléchio e Fornovo di Taro, na rica planície do Pô.

Esses nomes se inscreverão, por certo, dentre aqueles que receberam o cuito das gerações patrícias, porque na Itália, como nos campos de batalha sul-americanos, o Exército brasileiro mostrou-se digno do seu passado e à altura do conceito que os seus chefes e soldados de outrora firmaram com a espada e selaram com sangue dos seus legítimos e sempre venerados heróis, Oficiais e Praças da Fôrça Expedicionária Brasileira!

Eu me sinto justamente orgulhoso de vos ter comandado nessa memória campanha e considero a presente oportunidade o maior e melhor prêmio que poderia receber pelos meus quarenta e seis anos de efetivo serviço ao Exército e ao Brasil. Vós também poderéis estar orgulhosos de terdes cumprido dignamente o vosso dever e concorrido brilhantemente para que à nossa Pátria fosse reservado um lugar na reconstrução do Mundo.

E com orgulho sem jactância, e confiança sem exageros, retornemos aos nossos lares, aos nossos quaitéis e postos de trabalho, para prosseguirmos na faina sagrada de fazer um Brasil forte e respeitado, num mundo livre e feliz".

O Sr. José Ermírio — Permite-me um aparte, Senador Paulo Torres?

O SR. PAULO TÓRRES — Com muita honra!

O Sr. José Ermírio — Congratulome com V. Exª pela exposição que ora faz de uma das mais brilhantes páginas da nossa História. Os brasileiros que daqui saíram para a Itália lutaram, decididamente, e cumpriram sua missão. Entre pracinhas, marinheiros da Marinha Mercante e da Armada, perdemos mais de novecentos homens. Da nossa Marinha Mercante perdemos cinquenta e cinco navios. Tudo isso num esforço titânico para dar ao mundo aquilo que tanto amamos — a Democracia. Por isso, o dia de hoje deve ser comemorado por muitos anos e não deve nunca ser esquecido, pois a atuação do Brasil foi das mais brilhantes em terra da Itália. Novamente digo a V. Exª: magnífica foi a ação de V. Exª ao trazer ao plenário a recordação de dias tão duros, como aqueles da Segunda Guerra Mundial.

O SR. PAULO TÓRRES — É com muita honra, nobre Senador José Ermírio, que incorpoço à minha modesta oração as palavras vibrantes e patrióticas de V. Exª.

Dizia Antonino Pio que "felizes são os povos que têm história". Não podemos, entretanto, concordar com isto; felizes os povos que a têm como o povo brasileiro, alicerçado na bravura de nossos heróis e na inteligência e cultura dos seus filhos.

(Lendo) — A grande guerra que abalou os alicerces do Mundo estava terminada. Ela foi, em verdade, a luta do Bem contra o mal, da Luz contra as trevas, do Direito contra a Injustiça, da Liberdade contra o caudilho, da Democracia contra o totalitarismo.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) O discurso que V. está profereindo tem o sabor de um depoimento histórico, porque V. Exª foi parte ativa, como representante da nossa Fôrça Expedicionária, no conflito

tremendo que ensanguentou o mundo há vinte e tantos anos. E o depoimento de V. Exª a respeito dos horrores da Segunda Grande Guerra, por certo terá o valor de alertar, cada vez mais, a consciência dos homens que queiem um mundo de harmonia, de paz e de progresso.

As guerras resultam do acúmulo de erros, não só no âmbito internacional mas, sobretudo, dentro das próprias pátrias onde elas se desencadeiam. E nós, que vivemos no Brasil, pacifistas por excelência, se não estivermos atentos às atitudes, aos atos, à conduta dos homens que empunham o poder — permitindo cometimentos contra a Lei, contra o Direito, contra o respeito à pessoa humana — estaremos, desde agora, concorrendo para que outras guerras, mais violentas do que essa, se desencadeiem sobre o mundo e façam, talvez, perecer a própria humanidade. Assim, o discurso de V. Exª é como que um levantamento de consciências para que, cada um no seu posto, cumprindo o seu dever possa concorrer para evitar que outras guerras venham a assolar o mundo.

O SR. PAULO TÓRRES — Agradeço, Sr. Senador Edmundo Levi, o seu inteligente aparte.

Hoje é o Dia da Vitória das forças aliadas no Ocidente. Não estamos comemorando o dia 2 de maio, que foi o dia da vitória na Itália. Depois da nossa vitória na Itália, na Europa ainda se lutou mais seis dias. Vencemos as tropas adversárias inimigas no terreno da luta. Capitulamos duas divisões inteiras, inclusive a 90ª Divisão Panzer, que era a divisão do African Corps da África. A nossa luta foi árdua, foi dura. Eu não poderia hoje, aqui, com a imensa honra como representante do povo fluminense, como colega de V. Exªs e como major na guerra, sofrendo na carne, através dos ferimentos recebidos, deixar de relembrar os feitos daqueles nossos patrícios que lá se imiseram para que nós continuássemos a viver livre e honestamente.

(Retomando aleitura)

Os militares, com imenso sacrifício e patriotismo, a venceram. E os estadistas consolidaram a paz?

A Organização das Nações Unidas, nascida em São Francisco, sob o sinal da Vitória das Forças Democráticas na Segunda Guerra Mundial, proclamava em 26 de junho de 1945, um mês e pouco do seu término, o seguinte:

"Nós os povos nas Nações Unidas, resolvemos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que, por duas véses no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e valor do ser humano, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres, assim como nas nações grandes e pequenas... Decidimos congregar nossos esforços para a consecução desses objetivos".

Foi a partir de 24 de outubro do mesmo ano, data em que começou a vigor, recebida com grande alegria em todos os quadrantes da Terra. Ela seria o instrumento que evitaria novos conflitos. Muito embora sofria algumas restrições, vem ela, ao longo destes dois decênios, procurando se não sómente dar a todos os povos dias de paz, como impedindo que choques como os dos Balcãs, em 1946; Palestina, em 1948; Cachemira, em 1949-1964; Líbano, em 1958; Congo, em 1963; Nova Guiné, em 1963; Chipre, em 1964; se transformassem em conflitos de proporções incontroláveis e evitando que, des casos da Coreia, Suez e Cuba, surgesse uma Terceira Guerra Mundial. No Vietname vêm fazendo ingentes esforços para que a paz volte novamente ao Sudeste Asiático.

Estes choques, apesar de locais, interessam nos dias que correm, a toda a humanidade, que vive, por conseguinte, horas graves e sombrias. O Brasil, pois, sofre os efeitos dessa onda de insegurança e inquietação que atinge o Universo.

E preciso que o povo comprehenda que somente as Nações平原adas... aí a tua pouca sorte, ve a ideia de ccaixa que, desgraçadamente, cim... alguns espíritos.

As guerras, inelutavelmente, sempre existiram.

O professor norte-americano Mauricio Daves, afirma em seu livro "As Guerras nas Sociedades Primitivas" o seguinte: de 1496 antes de Cristo a 1601 depois de Cristo ou seja em 3357 anos, houve 227 anos de paz e 3130 de guerra.

No decurso dos três últimos séculos, houve 266 guerras na Europa. De 1.500 antes de Cristo a 1861 depois de Cristo foram concluídos mais de oito mil tratados de paz, com o propósito de permanecerem em vigor para sempre.

Sua duração média foi de dois anos. Vemos, com profunda tristeza, que o sonho de Kant não será para os nossos dias.

Devemos, isto sim, estar preparados, vigilantes e unidos, como um só homem e uma só vontade para preservar este pedaço abençoado da Terra Americana que a bondade de Deus nos confiou.

Os estadistas ocidentais, quando da última Grande Guerra, tudo cederam ao nazi-fascismo, na doce esperança de evitá-la. Estavam, entretanto, esquecidos do profundo e eterno aforismo de Le Bon: "As concessões jamais impediram as batalhas que se tornavam necessárias, antes, as fiziam muito mais custosas e mais duras".

Elas custaram à humanidade rios de sangue, suor e lagrimas".

Meditemos, profundamente, para que novos erros se não repitam. É uma meditação necessária, porque deles não advém sómente prejuízo material, mas, antes e principalmente, perdas de vidas preciosas.

Devemos ter bem presentes as falações de Frederico Schusman, Na Estratégia de Terra: "Para quebrar a resistência do inimigo, é necessário conservar-se, pelo menos, uma geração à frente dele, em ciência militar, e duas gerações em ciência política. E a política é, na opinião de Charles Valery, a arte de impedir que nos envolvemos naquilo que nos diz respeito. E a estratégia, segundo Heddle Harp, é a arte de distribuir e de aplicar os meios militares para atingir fins políticos. Estratégia e política, pois, se fundem. Se complementam".

A Estratégia Política tem como instrumentos a ação governamental, a atividade dos partidos políticos, a ação parlamentar e a opinião pública, que existem por força dos fundamentos que compõem o Poder Político o qual, assim, vem ratificar o conceito de Max Werner, na Batalha pelo Domínio do Mundo — quando afirma: a guerra moderna não é sólamente mecanizada, ela é, também, politizada. Não esqueçamos que o Poder Político, como

nos ensina Borderoux, é uma força a serviço de uma idéia. E essa idéia é tornar a nossa Pátria, pelo nosso trabalho, inteligência, cultura, patriotismo, mas sem interferências estrangeiras, cada vez mais progressista.

Assim, como na magistral conferência de Buenos Aires, 1916, profetizava o genial Rui Barbosa que "Não pode haver neutralidade possível entre o criminoso e a vítima", não há dias que correm, mais lugar para os comunistas, para os céticos, para os indiferentes. Não nos esqueçamos que desapareceu, ha muito, a fórmula sentimental da soberania das Nações pelos principios ideológicos cu doutrinários. Para que o Brasil continue a viver livremente, precisa de estar apoiado nos músculos, na inteligência, na capacidade de trabalho e na bravura de todos os seus filhos.

Temos um patrimônio sagrado e incomparável a defender, e o defendemos, como o fizeram os nossos maiores, com o nosso sangue, com a nossa alma de brasileiros e com o nosso acendrado patriotismo. Não desejamos a guerra, mas estamos, mais uma vez, dispostos a todos os expulsaram o batavo invasor; quer é a maior dádiva que Deus concedeu ao Homem, não desapareça da face da Terra.

Devemos estar vigilantes e preparados para que sejamos dignos dos nossos antepassados: quer dos que expulsaram o batavo invasor; quer dos que, com estoicismo, dilataram nossas fronteiras; quer dos que com genialidade, as limitaram; quer dos que nos campos do Paraguai se cobriram de glória; quer, ainda, dos que cairam, impavidamente, em terras da Pátria de Lavoura e Garibaldi para que pudéssemos continuar a viver livres e dignamente.

Necessário se torna, no momento em que rendemos, com os corações palpitação de profunda saudade, as nossas sinceras e imorredouras homenagens à memória dos bravos que se imolaram pela Democracia, o que importa em dizer pela Liberdade, que o povo brasileiro não se esqueça de que a nossa Pátria necessita, agora mais do que nunca, de paz, para que a nossa valorosa gente, tranquila e feliz, prossiga trabalhando diuturnamente pelo seu progresso.

De paz, para que o Governo do eminente Presidente Costa e Silva — condonando ideologias malas, colocando o interesse coletivo antes do particularista, vendo a Pátria acima de grupos, possa: resolver, em definitivo, o vergonhoso problema da instrução; amparar, verdadeiramente e sem demagogia, o trabalhador; proteger o comércio, a indústria, a lavoura, a pecuária; dar verdadeira assistência à velhice e à infância; animar as lettras, as ciências, as artes. Mas para que esses e outros problemas, que estão equacionados, sejam resolvidos, torna-se imprescindível, antes e acima de tudo, que tenhamos paz.

Esta, enfretanto, só poderá obter-se, lutando bravamente em defesa de nossas Instituições Democráticas, contra os que procuram, por todos os modos, direta ou indiretamente, omissiva ou dissimuladamente, golpeá-las.

Tenhamos. Senhores Senadores, neste dia em que, com a aliança de jordanos, reverenciaremos a memória dos nossos irmãos que, em defesa da Democracia, tombaram gloriosamente o ensaio merecido no passado de nossa Pátria, os olhos gravados no seu futuro e o coração em Deus, para assim, fazê-la cada vez mais digna, forte e respeitada. (Muito bem! Palmas). O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra Sr. Senador Raul Giubert. (Pausa)

O SR. RAUL GIUBERT:

(Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupou a tribuna do Senado da República, pa-

ra analisar as dificuldades, que enfrentam todos os Estados da federação, principalmente, as aflições que vive no momento o meu Estado, o Espírito Santo, particularmente o homem do campo espiritossantense.

Está fora de qualquer dúvida, a parceria substancial da receita estadual, com o novo sistema tributário e também, o comprometimento de nossa estrutura econômica, em consequência da política agrícola estabelecida pelo Governo.

E' questão pacífica no meu Estado, que o sistema adotado pelo Instituto Brasileiro do Café, com a política de erradicação dos cafezais antieconómicos, a que o café, de baixa qualidade e paladar ruim desapareça,

quando assim para diminuir o excesso de produção cafeeira e por outro lado, permaneçam produzindo, apenas regiões, onde o café, graças a qualidade da terra, clima, etc., é de boa qualidade.

Entretanto, acontece, que o Espírito Santo não é, absolutamente, responsável pela superprodução do café brasileiro, é bastante examiná-la as esferas do p.º op.º I. B. C. para verificar-se que a nossa produção mantém-se estacionária, e até, vem diminuindo gradativamente, de ano para ano. Praticando-se assim, devagar e com certa constância a substituição de café por outros tipos de cultura agrícola.

Além disso, o nosso café não aumenta em uma única saca o estoque existente, porque a verdade é que, nossa produção não sofre nenhuma retenção, tem aceitação no mercado, é comercializado, transformando-se em divisas tão boas e tão bem vindas quantas as produzidas pelos cafés finos.

Isto vem acarretando outro fenômeno, que já está preocupando todos arreios que se interessam pela vida econômica e social do nosso povo. A transformação de nossas áreas cafeeiras em zonas de pastagem, tomando corpo a pecuária extensiva, imprópria na minha modesta opinião, para Estado de pequena dimensão geográfica como o nosso; criando um dos problemas mais sérios, que é o desemprego rural, levando o homem de nosso interior a abandoná-lo, em busca de centros maiores, em demanda de trabalho, que permitem o seu sustento e de sua família.

A fuga do rurícola em meu Estado não sofre contestação, é frequente encontrar-se nas estradas do Espírito Santo, caminhões e mais caminhões, lotados de homens, mulheres e crianças, cuja em consequência da falta do que fazer, da carência de recursos e cuja mão de obra não é mais solicitada, buscam outros centros, outros estados e até outros países onde há esperança de emprego e de dias melhores para si e seus filhos.

Estamos nos transformando num Estado, sem nenhuma perspectiva, e o Governo, não nos indicar outra alternativa, que permita a recuperação de nossas terras, concorrendo gradativamente para a diversificação de nossa lavoura, com a integração do homem no interior, numa melhor concepção de vida, garantindo mercado consumidor, com preços compatíveis, a solução será, aguardar um milagre dos céus, porque o presente que não é nada animador está nos anuncianto um futuro sem esperança.

Entretanto, não estamos aqui apenas para equacionar problemas, mas também oferecer algumas soluções, que poderão minorar bastante o estôma de angústia que atravessamos.

Consideramos dever dos poderes constituintes, não apenas, promover planos de desenvolvimento, mas também e principalmente, impedir o regresso ao subdesenvolvimento, garantindo condições para continuação de prosperidade em todas as áreas.

Dai a importância de se dotar os Estados, principalmente aqueles menos favorecidos, de instrumentos capazes de levá-los novamente, a en-

contrar os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

A aplicação de meios terá que ser racional e humana, atendendo as urgentes necessidades dos cafeicultores, para solução dos problemas que os constrangem, não deve e nem pode ser simples, como a erradicação pura de uma só região, o que traria como está trazendo o desespero para os plantadores de café. O sacrifício terá que ser dividido e subdividido, para que o peso da extinção da superprodução seja suportável e a diversificação, deverá ser executada a longo prazo, capaz de paulatinamente corrigir os erros e abrir novas perspectivas para sua evolução.

Não podemos fugir da verdade, somos um país de café, portanto devemos permitir, como está acontecendo com a nova orientação do I.B.C., a comercialização de café, a baixo e oferecer meios aos nossos cafeicultores, assistência e recursos para melhorar o tipo de nosso café, dando margem a melhorar as condições de comércio para nosso produto.

Em segundo lugar, sabendo-se que o Espírito Santo, principalmente, a região acima do Rio Doce, apresenta que as mesmas características do Nordeste brasileiro, com estações prolongadas que comprometem sensivelmente toda produção agrícola. Então seria de vital importância para nós, que o Governo Federal estende-se ao Espírito Santo os benefícios da SUDENE, a exemplo do que acontece com determinada região de Minas Gerais.

Outra solução, já que nosso Estado pouco usufrui de benefícios da Cia. Vale do Rio Doce, seria bem proveitoso que se isentasse a empresa do Imposto de Renda, com obrigação da companhia investir no Espírito Santo e em Minas Gerais o produto desta isenção.

Qualquer uma destas providências, virá permitir a elaboração de planos de desenvolvimento, e investimentos que viessem concorrer para utilização de mais mão de obra, permitindo a fixação do homem no seu habitat, impedindo a sua ida para centros populacionais maiores criando ali problemas sociais que se pretende evitar.

Seria a formação de nova mentalidade, onde técnicos passariam a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento regional, com a instalação de campos experimentais, para produção de algodão; em núcleos coloniais para produção e distribuição de sementes de cultura básica; incrementar a fruticultura com amplas distribuições de mudas.

Estabelecer núcleos para criação e melhoramentos de suínos, favorecendo a produção de carne de alto rendimento.

Estabelecer um sistema para conservação e recuperação do solo. Incrementar o cooperativismo, com o fornecimento material e assistencial técnico-financeiro, às cooperativas.

É de grande importância, estruturar-se um sistema de ampliação de nosso potencial de energia elétrica, com o objetivo, de se conseguir um fornecimento de eletricidade, não só com a finalidade de incrementar o aparecimento de novas indústrias, como também se permitindo a eletrificação rural.

É fundamental, a implantação de um sistema rodoviário, capaz de evitar um desestímulo para produtos agrícolas indispensáveis à economia estadual e nacional, pela falta de escoamento das regiões de produção, por ausência de estradas eficientes e capazes de levar as produções agrícolas do produtor ao consumidor.

Acima disto, tudo que ficou dito é forçoso que se estabeleça um programa de assistência ao homem dando-lhe meios de educação e de saúde indispensáveis para que ele se situe com seus familiares uma posição compatível com a dignidade humana. (Muito bem! Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Mário Martins. (P. us.)

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, viemos acompanhando com o maior interesse, tudo quanto se diz a respeito da economia nacional, pois entendemos que a situação econômica do país tem grande influência sobre o bem-estar do povo brasileiro.

Ontem, lemos no jornal "O Estado de São Paulo", notícia sob o título: "Exportações CAEM DE 13%".

Esse 13% correspondem a diminuição verificada no primeiro trimestre deste ano, comparativamente a igual período do ano passado.

Nos primeiros três meses do ano passado, exportamos, em dólares ... 395.153.000 e este ano, 343.005.000 dólares. Houve diminuição de ... 52.148.000 dólares ou seja, 13,2%. Felizmente, porém a tonelagem exportada durante os três meses em análise foi bem superior, ou seja, 1.131.52 toneladas em 1967 contra 3.986.657 toneladas, em 1966. Houve, por tanto, um aumento na exportação deste ano de 234.871 toneladas, ou seja, 6% enquanto que recebemos a menos 13,2%, em dólares.

Diminuiu a exportação de manganes, enquanto a de ferro aumentou de 15,1%.

Exportamos este ano 2.832.122 toneladas de minério de ferro, contra 2.460.933 toneladas exportadas no ano 1966, registrando-se uma diferença, para mais, de 371.189 toneladas. De minério de manganes exportamos apenas, em 1967, 91.823 toneladas contra 229.786 toneladas no ano passado.

Assim, houve decréscimo de 137.663 toneladas, ou seja, 60% a menos na exportação de minério de manganes.

Quanto ao nosso principal produto Sr. Presidente, o café, também, felizmente, a diminuição foi bastante sensível. Enquanto no ano passado exportávamos, nos três, referidos meses, 256.434 toneladas, este ano 1.67, exportamos 213.395 havendo um decréscimo, na nossa exportação de café, de 43.099 toneladas, ou seja, 16,8%. Em dólares, tivemos respectivamente no ano passado 209.746 mil dólares e este ano apenas 156.687 mil dólares, sendo a diferença, para menos, de 53.059 mil dólares, que corresponde a 25,3%

O SR. PRESIDENTE:

Felizmente constatamos, Sr. Presidente, que os produtos manufaturados tiveram acréscimo bastante encorajador, isto é, enquanto naqueles três meses do ano passado exportávamos US\$ 21.738.000,00 já no corrente ano exportamos US\$ 28.262.000,00.

Houve uma diferença superior a US\$ 6.524.000,00 ou, em porcentagem, 20% a mais. Exportamos também maior tonelagem.

Verificamos, então, que a nossa exportação nos três primeiros meses do ano apresentaria modesto supravit, mas com o café, que reduziu de US\$ 53.059.000,00, a nossa exportação apresenta um déficit de US\$ 52.148.000,00. Quer dizer que o déficit foi inferior aquele apresentado pelo café.

Sabemos da dedicação e do esforço dos membros dos governos passado e atual no setor da exportação, mas as vezes as condições não favorecem, como aquelas a que nos referimos ainda há poucos dias, quando dizíamos que os grandes estoques de excedentes, como no caso do café, trazem resultados negativos, porque sempre que há grandes excelentes mercados tendem a declinar, e não a melhor.

Dai a premente necessidade de uma política cafeeira, no sentido de que possamos exportar mais e por melhor preço.

E' indispensável que se faça esse esforço. Felizmente, segundo notícias que nos chegam das regiões produtoras, temos, este ano uma das melhores safras de cereais de feijão soja e outros produtos, inclusive da pecuária. De fato, nossos rebanhos têm aumentado, apesar das dificuldades que o País enfrenta para poder reconquistar o mercado.

Estas as informações que nós encontramos, ontem, na imprensa e esperamos que os novos rumos traçados pelo Governo do Presidente os a e Silva possam incrementar as nossas exportações. Temos certezas de que, n.º setor manufaturados, que representa grande parcela daquele valor em mão-de-obra, a exportação continua aumentando, pois os nossos industriais, se amparadas, farão o maior esforço para a conquista de novos mercados no Exterior. Em outros setores, muito embora o mercado internacional não seja muito favorável — como os da carne, milho, soja, ou sofram decréscimo no preço — faremos o possível para exportar uma vez que nossas safras parecem abundantes, porque aumentando a nossa balança favorável de pagamentos, estaremos contribuindo para melhorar o padrão de vida do povo brasileiro e para uma paz social duradoura e permanente.

Era o quinhão a dizer. (Muito bem; Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Há sobre a mesa requerimento, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 344, de 1967

Requeremos, na forma regimental e de acordo com as tradições da Casa, que, pelo falecimento do Professor Miguel Calmon du Pin e Almeida Sobrinho, que representou, com brilho e dignidade, o Estado da Bahia na Câmara dos Deputados, tendo, ainda exercido funções de destaque no cenário nacional, inclusive as de Ministro da Fazenda, o Senado se associe ao pesar que neste momento domina o Estado, pelas seguintes homenagens:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condoléncias à família, ao Estado e à Universidade da Bahia.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1967. — Josaphat Marinho — Antônio Balbino — Filinto Muller — Virgílio de Figueiredo — Paulo Torres — José Ermírio — Atílio Fontana — Celso Ramos — Ney Braga — Carvalho Pinto — Lobão da Ilha — Carlos Lindenberg — Bezerra Neto — Edmundo Levi.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho. Acalmo, para encaminhar a votação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Senhores Senadores, surpreendeu-nos ontem a notícia do falecimento, em Salvador, do Professor Miguel Calmon, Reitor da Universidade da Bahia.

Em plena madureza quando a experiência e os conhecimentos consolidados lhe ampliavam os passos na cena da vida pública, a morte lhe corta a carreira.

O Engenheiro, a princípio dedicado às tarefas de sua profissão,

hou-se Presidente do Banco Econômico da Bahia. Nessas atividades interessou-se vivamente não só pelo desenvolvimento da instituição que dirigia, como pelo estudo dos problemas econômicos e financeiros do Estado, a cujos governos emprestava, sempre que necessário ou solicitado, o subsídio de seus conhecimentos e de sua capacidade.

Mas de família tradicionalmente política e diretamente vinculado, na condição de filho, a um dos mais progressistas governadores da Bahia, Francisco Marques de Góis Calmon, o Professor Miguel Calmon, não obstante a moderação de seu temperamento, não pôde escapar ao fascínio da vida política, e, assim, se fez também deputado federal. Numa das Casas deste Congresso, manteve, no exercício do mandato, a compostura, a correção, as aptidões que o acompanharam nas tarefas anteriores. Tanto se destacou que, nas transformações da vida política do País, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, foi elevado à condição de Subsecretário de Estado e, em seguida, à de Ministro da Fazenda, onde enfrentou dificuldades notórias com a serenidade, a compreensão e a aptidão próprias de um homem indicado para o cargo.

O Sr. Antônio Balbino — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Antônio Balbino — Nobre colega e amigo, V. Exa., há de compreender a emoção de que me sinto possuído ao interferir no seu discurso de homenagem à memória do Professor Miguel Calmon. Podemos testemunhar a esta Casa, como V. Exa., com o brilho habitual está fazendo, que ele se inscreve no rol dos melhores homens públicos que a Bahia já teve ensejo de pôr a serviço do Brasil. V. Exa., fala por todos os baianos. Desejo, porém, aqui, aproveitando este ensejo, como teses enumerações de sentido histórico que normalmente não têm oportunidade de aparecer para não ferir a modestia dos homens que merecem o nosso encômio por suas atitudes, enquanto elas vivem, enaltecer, perante o Senado da República, o alto, primoroso espírito público da grande figura que agora desaparece, com exemplos que acompanhei de perto. Sabe V. Exa. que o Professor Miguel Calmon foi presidente do Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado e o Vice-Presidente Executivo da Comissão de Planejamento, órgãos que criei quando exercei o Governo da Bahia. Mas naquele momento em que procurava sempre o caminho do acerto no Governo e em que, a estimular-lhas à ação, estava a permanente atitudes vigilante de oposicionista do então Deputado Marinho, V. Exa., talvez não saiba, porque o Professor Miguel Calmon nunca consentiu que eu divulgassem, numa época de tantas aperturas para a vida financeira do Estado, aqueles dois órgãos só se instalaram, só se institucionalizaram porque ele, com seus próprios recursos, custeava a sua atividade. O seu espírito público era tal que qualquer homem responsável por uma parcela do poder público podia ter a certeza de que ali estava a reserva que podia ser convocada, principalmente nos momentos difíceis. E foi por assim entender, e pela tradição de sua família, que importava em compromissos irretrógrados e inesquecíveis de sua formação que não tive maior dificuldade em convocá-lo à liga da atividade partidária. Por minhas mãos ele se inscreveu no Partido Social Democrático e eu o convenci a disputar a uma cadeira de Deputado Federal pela Bahia. Depois, quis o destino ainda que a mim coubesse a tarefa de convencê-lo a aceitar, em princípio, a

alta função de Subsecretário do Ministério da Fazenda e depois a própria função efetiva de titular daquele Ministério. E em todas as oportunidades era essa nota característica da vida do Professor Miguel Calmon, cujo nome todos nós pronunciamos com o maior sentido de reverência e de apreço. Era essa noção entrinhada de fidelidade ao dever que ele ainda agora exercitava, à frente da Reitoria da Universidade — e também nisso desejo dar testemunho — com prejuízo enorme para as suas atividades particulares, porque a sua falta estava sendo um grave dano às próprias organizações econômicas pelo comando. Mas o Professor Miguel Calmon foi sempre isto: um homem dotado de espírito público fiel à tradição que lhe legaram os seus maiores, sobre tudo o seu pai, um dos maiores governadores da Bahia, Francisco Marques de Góis Calmon, um homem que nunca dizia "não" ao seu país ou a quem o representasse, sempre que dele era possível esperar algum serviço em prol da coletividade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa., Senador Antônio Balbino, não fala apenas, nas declarações que acaba de trazer à Casa, como abaixo; exprime sobretudo o pensamento de quem conviveu com o Professor Miguel Calmon e com a experiência de quem, como governador da Bahia, pode sentir de perto os extremos de seu amor à causa pública.

Ajuntando ao que acaba de declarar outros dados, devo salientar que, Secretário da Fazenda, também experimentei, por mais de uma vez, o espírito que ele impregnou na orientação do Banco, que ele presidia. Embora afastado naquele instante da direção do Banco, porque exercendo o mandato de deputado federal, a sua orientação prevalecia de tal modo que não havia dificuldade na vida financeira do Estado em que apelando se para o Banco Econômico da Bahia, o auxílio não fosse pronto, na medida do possível. Não havia formalidades não havia exigências, não havia imposições de interesse ou de lucro. O Banco, como que funcionava desdobrando-se numa instituição do próprio Estado, para servi-lo. O homem que assim dirigiu um estabelecimento bancário pôde galgar justas vitórias na vida pública.

O Sr. Atílio Fontana — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOCAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — Quero agradecer ao nobre Senador a oportunidade que me dá de, no momento em que desaparece um grande brasileiro que tive a felicidade de conhecer na Câmara dos Deputados, prestar também minha homenagem. Convitei-o a trabalharmos juntos na Comissão de Economia daquela Casa e pude observar a orientação e o espírito público do Professor Miguel Calmon, a dedicação e o interesse que sempre demonstrava no sentido de dar colaboração eficiente aos projetos e tramitação naquele Casa, muitos deles relacionados por S. Exa., na referida Comissão. Pessoalmente, que se tratava de um homem digno sob todos os aspectos, que correspondia muito bem ao mandato que o povo da Bahia lhe confiou. Associo-me ao voto de pesar neste momento proposto por V. Exa., especialmente porque Miguel Calmon era ainda jovem e podia continuar prestando relevantes serviços ao País.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. confirma, Senador Atílio Fontana, com o conhecimento de companheiro na Câmara dos Deputados, as virtudes e as qualidades do Professor Miguel Calmon.

Tanto ele se credenciou no exercício do mandato, tanto se afirmou como homem capaz, no Ministério da

Fazenda, que, deixando o exercício da representação popular, pensou que retornava, tranquilamente, à direção do Banco Econômico da Bahia. Era, portanto, engano.

O Sr. José Ermírio — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Conheci o Professor Miguel Calmon Du Pin Almeida. Considero uma grande perda para o Brasil, pelo seu espírito de trabalho, pelos seus conhecimentos técnicos e econômicos a respeito da Nação. Era um homem que, conforme disse V. Exa., não se negava a servir. Tinha, a seu redor, um ambiente de amizade permanente com todos que o conheciam. Era um homem raro. Associo-me, portanto, a Vossa Excelência, neste dia de pesar para todos nós desta Casa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vê-se, Sr. Presidente, que as manifestações se generalizam e atestam as qualidades, a competência, a idoneidade do ilustre homem público ontem desaparecido.

O Sr. Filinto Müller — Permite um aparte, no Senador?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Filinto Müller — Nobre Senador Josaphat Marinho, desejo trazer a minha solidariedade às palavras de homenagem com que V. Exa. está exaltando a figura desaparecida do Professor Miguel Calmon. Tive a oportunidade de conviver com aquele eminente brasileiro, não sómente na Câmara dos Deputados, em várias ocasiões, como também no seio da nossa antigo partido, o Partido Social Democrático, que ele honrava com a sua presença, a sua dedicação, a sua colaboração sincera e desinteressada. Mais tarde, quando Ministro da Fazenda, S. Exa. teve oportunidade de vir ao Senado para justificar as medidas que solicitava no sentido de poder imprimir à sua Pasta uma nova fisionomia, através de reformas que considerava inadiáveis e da maior importância. Nessa oportunidade, nos debates que se travaram no seio da Comissão, S. Exa. teve oportunidade de demonstrar mais uma vez os seus grandes conhecimentos, o seu valor, o seu elevado espírito público. O seu desaparecimento nos entristece a todos os seus velhos companheiros e, certamente, constitui uma grande perda não sómente para a sua Bahia mas para todo o Brasil. O nobre Senador Antônio Balbino, ao aparear V. Exa., disse que V. Exa. fala por todos os baianos. Peço-vênia para acrescentar V. Exa., fala — e eu o credencio para tanto em nome da Bancada, que aqui representa como Líder; mas V. Exa. fala, pensa eu em nome de todo o Senado da República e de todos os brasileiros que tiveram a oportunidade de conhecer Miguel Calmon e rendem, hoje, um mormo, pelo bem que fez à terra natal, pelo muito que procurou fazer pelo Brasil e pelo muito que ainda poderia fazer com a sua carreira e o seu valor, pela nossa Pátria.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A Bahia agradece por esso intermédio, ao Senador Filinto Müller, a expressão das palavras que fala de preferir.

O Sr. Ney Braga — Nobre Senador, agradeço-se V. Exa. me concedesse um aparte agora, porque não desejando interromper o seu discurso posteriormente.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Ney Braga — Falo em meu nome e no de meu Estado. O Professor Miguel Calmon nunca faltou ao Paraná, seja na sua atividade particular, seja quando no exercício do mandato de Deputado Federal ou como Ministro da Fazenda. Sempre

atendeu prontamente às reivindicações e sugestões que tivemos a oportunidade de, através dele, encaminhar. Assim, o Paraná se junta à tristeza da Bahia e, como bem disse o nobre Senador Filinto Müller, a tristeza é do Brasil inteiro, nesta hora em que ele perde tão ilustre figura.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — As palavras do nobre Senador Ney Braga revelam, sobretudo, uma face que ainda não havia salientado da personalidade do Professor Miguel Calmon; a do homem que, embora representando um Estado, quando ocupava a função executiva não tinha pensamento de caráter regional, mas a orientação voltada para os interesses gerais do País, no conjunto das unidades federadas.

O Sr. Carvalho Pinto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Carvalho Pinto — Desejo, também, nobre Senador, neste instante, trazer o testemunho da minha inteira solidariedade à justa homenagem por V. Exa. prestada à memória de Miguel Calmon. A lúcida e segura visão dos problemas econômico-financeiros, o senso de realismo com que sabia encará-los, o patriotismo e a sua invulgar capacidade realizadora, marcaram sua presença na vida pública e na vida privada do País, imprimindo largas dimensões à perda que a Nação acaba de sofrer. Em meu nome e em nome do Estado que tenho a honra de representar no Senado, associo-me ao pesar com que a Nação assiste a esse infiável acontecimento.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — As palavras de V. Exa., Senador Carvalho Pinto, têm o dobrado relevo de quem representa não apenas o Estado de São Paulo, mas de quem dá o testemunho de um dos mais ilustres sucessores de Miguel Calmon do Ministério da Fazenda.

Mas dizia, Sr. Presidente que, terminado o seu mandato, Miguel Calmon supunha haver chegado o instante de retornar às suas atividades de presidente de Banco e de dedicar-se, de novo, ao desenvolvimento daquele estabelecimento. Puro engano. O homem de partido, fiel à sua alegria, correto no cumprimento dos deveres, foi, entretanto, de um começo excepcional, quer no exercício do mandato legislativo, quer na direção do Ministério da Fazenda.

Podemos declarar, sem nenhum exagero, que o Professor Miguel Calmon não era distinguido na Bahia por efeito de critério partidário. Ainda que o reconheçessemos integrado no Partido Social Democrático, era homem com quem os representantes de todas as alegriações mantinham entendimento cordial e respeitoso, pela serenidade do seu procedimento. Esta serenidade é que, lors anos o seu retorno, determinou fôsse ele convocado como Professor da Escola Politécnica para integrar a lista organizada pelo Conselho Universitário para a escolha do novo reitor. Deu-lhe justa preferência o Governo da República.

Nas funções de Reitor desempenhou-se uma das tarefas mais difíceis de que se haja incumbido. Passou a dirigir a Universidade num instante de crise ebólita política. Apesar do movimento de abril de 1964, é digno de admirar-se que o Reitor Miguel Calmon, sem prejuízo de sua autoridade, jamais se arrovou das circunstâncias excepcionais da vida política para onerar os estudantes para imputá-los a autoridade por suportá-la.

Entre os incidentes, naturalmente ocorridos nessa fase, o Reitor era sempre a força moderadora. Não quis, nunca exercer o comando do seu prestígio para esmagar as rebelias universitárias.

Era o homem compreensivo, tolerante, buscando sempre encontrar, entre os estudantes e as autoridades, a solução de confraternização, pela qual pudesse manter na Universidade a disciplina coordenada, jamais a disciplina imposta.

Foram bávia mais: era o chefe de serviço superior às divergências políticas e partidárias. Sei de funcionário de sua confiança que, vinculado a política militante, num dado momento lhe depôs o cargo, porque as manifestações de ordem política e de origem paterna, poderiam criar suspeitas ou dificuldades no exercício das funções do Reitor. E ele disse ao jovem acadêmico, seu auxiliar, que, sem embargo dos seus compromissos com o Governo, era Reitor da Universidade; não Reitor do Poder Executivo; que permanecesse no seu cargo, pois as divergências de caráter político não deviam penetrar os umbrais da Universidade, para prejudicar quem quer que fosse, e ainda menos um jovem, no exercício de suas atividades funcionais. Dava, assim, a seus servidores, sobretudo aos mais jovens, tratamento mais do que afetuoso, tratamento paternal e ao mesmo tempo lhes indicava o bom caminho — o de que na vida pública a segurança da atitude não se confundia com o extranismo das posições.

Este homem assim considerado, morador, era, de outro lado, de singular humildade. Membro de família tradicional, não guardava, contudo, distinção nem distância com quem quer que deles se aproximasse. Desempenhando função eminentes, como a de Reitor, inovou, introduziu reformas, modificações na estrutura da Universidade. Ao mesmo tempo timbrava em ocultar-se em meio às providências para que surgisse o conjunto dos grandes dirigentes e não sua própria personalidade.

É exemplo singular o que se verifica numa publicação, ainda há pouco distribuída. Mandou elaborar um catálogo geral da Universidade da Bahia. É uma admirável fonte de informações da vida da Universidade. Numa das primeiras folhas desse catálogo estampa-se o retrato do primeiro Reitor da Universidade o professor Professor Edgar Santos. Em nenhuma das páginas se vê o retrato do Professor Miguel Calmon.

É este retrato, entretanto, que precisa, neste instante, ser desta vez para a honra da Bahia e de nossa cultura, porque reflete a fisionomia, o comportamento a idoneidade, o caráter de um homem que soube ser útil a seu Estado e digno de seu país. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Em votação o Requerimento. (Pausa). Os Senadores que o aprovam, querem conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovado.

Petarosa, igualmente, com o desaparecimento do grande brasileiro e ilustre baiano Professor Miguel Calmon, na Mesa associa-se às homenagens que lhe foram prestadas nesta data. Cumprirá a deliberação da Casa, isto é, fará inserir em ata um voto de profundo pesar e apresentará condolências à família à Universidade e ao Estado da Bahia.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Clovis Maia
Edmundo Levi
Sebastião Archer
Wilson Gonçalves
Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz
José Leite
Aarão Steinbuch
Vasconcelos Tórr
Lino de Mattos
Pedro Ludovico

Filinto Müller
Mello Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos

O SR. PRESIDENTE:
(Guido Mondin) — Passe-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 303-A-67 na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Monitor-Montreal Organização Industrial e Econômica S. A., tendo Pareceres favoráveis, sob os números 223 e 224, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Sobre a matéria existe requerimento do nobre Senador Bezerra Neto, solicitando a volta do projeto à Comissão de Finanças.

Não havendo quorum para votação, fica a matéria adiada.

Todas as demais matérias da pauta estão com a discussão encerrada, em fase de votação.

Por falta de quorum, ficam adiadas para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão anunciando para a próxima a seguinte.

ORDEM DO DIA

Sessão em 9 de maio de 1967

(Terça-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 303-A-67, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Monitor-Montreal Organização Industrial e Econômica S. A., tendo Pareceres favoráveis, sob os ns. 223 e 224, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução, nº 40, de 1967, que suspende, na forma do artigo 45, IV da Constituição Federal, a execução dos artigos 178, 181, 188 e 190 e seu parágrafo único da Lei nº 672, de 9 de dezembro de 1964, do Estado da Guanabara (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 241, de 1967).

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 39, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que torna sem efeito a nomeação de Auxiliares Legislativos habilitados em concurso (Marília Pacheco de Souza, Leda Nascimento e Humberto José da Rocha).

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1967, nº 4.081-A-67, na origem, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências, tendo pareceres sob nºs 200 e 201, de 1967, das Comissões de projetos do Executivo, favorável com a emenda

que oferece (I-CPE); de Finanças e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas da Plenário.

5

Discussão, em turno único do Requerimento nº 310, de 1967, pelo qual o Sr. Senador José Ermírio solicita informações sobre empréstimos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

6

Discussão, em turno, do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 1963, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tórr, que concede aposentado integral, nos vinte e cinco anos de serviço, a todos os trabalhadores militares que executam trabalho com risco de vida e saúde, tendo pareceres, sob os nºs 227, 228, 229 e 230-67 das Comissões de Constituição e Justiça; 1º pronunciamento — solicitando audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 2º pronunciamento — solicitando audiência do Ministério do Trabalho e Previdência Social; 3º pronunciamento — pela rejeição.

7

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 327, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Vasconcelos Tórr solicita a convocação do Ministro da Fazenda, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e sua incidência sobre os produtos rurais.

Está encerrada a sessão.

PROJETO EM CURSO NO SENADO QUE SÓ PODE SER EMENDADO PELO RUMINTE AS COMISSÕES (CONSTITUIÇÃO ART. 87, § 2º)

3º dia

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 1967 (Nº 6-B-67, na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República).

Autoriza a abertura de créditos especiais, num montante de NCBr 27.413,56 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta cruzados novos e cinqüenta e seis centavos), destinados a atender ao pagamento de subsídios de prédios locados às autoridades federais no Estado de São Paulo e à Superintendência do Serviço de Repressão ao Contrabando no Rio Grande do Sul. Distribuído à Comissão de Finanças em 27-4-1967.

PROJETOS SOBRE A MESA PARA RECEBIMENTO DE MENDAS DURANTE TRÊS SESSÕES

1º dia

Projeto de Resolução nº 41, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, que acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal (estabelecendo o critério de rodízio para a representação de Senadores no Exterior).

Projeto de Resolução nº 42, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, que acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado estabelecendo rodízio para a eleição dos membros da Mesa.

Projeto de Resolução nº 43, de 1967, de autoria do Sr. Senador José Ermírio, que da nova reação ao art. 85-A do Regimento (atribuições da Comissão de Agricultura).

(Levantava-se a sessão às 16 horas e 25 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

FORTARIA Nº 48, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde os seguintes funcionários:

Secretário — Silvio Pinto de Carvalho, Oficial Legislativo — PL-6;
Continuo — Joaquim Lopes da Silva Filho, Continuo — PL-12;
Motorista — Antônio Américo Vieira, Motorista — PL-10.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Décimo Maria, 1º Secretário.

FORTARIA Nº 49, DE 1967

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o art. 51, letra "J", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve designar para o Gabinete do Presidente da Comissão de Saúde — José Paulino de Miranda Pacheco, Auxiliar de Secretaria, PL-11, para as funções de Auxiliar de Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de maio de 1967. — Décimo Maria, 1º Secretário.

ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL

FORTARIA Nº 19, DE 14 DE ABRIL DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, da Diretoria das Comissões, o Continuo, PL-12 — Francisco Pires de Oliveira.

Secretaria do Senado Federal, em

3 de maio de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, da Diretoria das Comissões, o Continuo, PL-12 — Francisco Pires de Oliveira.

Secretaria do Senado Federal, em

3 de maio de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DA CARREIRA DE OFICIAL LEGISLATIVO,
SÍMBOLOS PL-4, PL-5, PL-6 E PL-7, PL-8, PL-9, PL-10 DA CARREIRA DE AUXILIAR
LEGISLATIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS DECORRENTES DA NOMEAÇÃO PARA OUTRO CARGO, DE JOSE SOARES DE OLIVEIRA FILHO, OFICIAL LEGISLATIVO, PL-3.

RESOLUÇÃO Nº 31/67 - D.C.N. DE 17/3/67.

ATE 17 DE MARÇO DE 1967.

<u>DE PL-4 PARA PL-3 - MERECIMENTO</u>	<u>CLASSE</u>	<u>CARREIRA</u>	<u>SENADO</u>	<u>SERVICO PÚBLICO</u>	<u>TOTAL</u>
<u>CONCORREM:</u>					
MARIETA JACY DE OLIVEIRA	2 486	6 267	7 665	150	7 815
STELLA MENDONÇA DA CUNHA	2 096	6 065	7 726	953	8 679
RENATO DE ALMEIDA CHERMONT	2 085	6 065	7 119	-	7 119
AMÉLIA DE FIGUEIREDO DE MELIO VIANNA	2 044	4 428	7 585	-	7 585
ELZA FLORES DA SILVA	2 030	6 079	7 138	1 020	8 158
DIVA GALLOTTI	936	6 005	6 757	1 969	8 726
MARILIA TÁVORA	898	6 168	6 793	998	7 791
ARMANDINA JOSÉ VARGAS	847	6 107	7 138	-	7 138
NEUZA RITA PERACIO MONTEIRO	847	5 965	5 965	-	5 965
ROSA BATISTA DE MIRANDA	587	6 078	6 822	2 161	8 963
<u>DE PL-5 PARA PL-4 - MERECIMENTO</u>					
<u>CONCORREM:</u>					
EURICO JACY AULER	2 096	4 428	5 846	313	6 159
ERCILIA CRUZ DA FONSECA	2 030	6 246	6 590	-	6 590
ALMERINDA VIANNA BAKER	2 013	5 811	6 246	2 147	8 393
JOÃO BAPTISTA CASTEJON BRANCO	1 573	6 067	6 740	743	7 483
JORGE DE OLIVEIRA NUNES	1 094	5 946	5 946	438	6 384
MARIA JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA LIMA	965	2 712	3 826	1 218	5 044
CECILIA DE ASSIS CUNHA	898	5 953	5 953	770	6 723
LYCIA ABREU ALAGEMOVITS	847	2 577	3 928	-	3 928
DURVAL SAMPAIO FILHO	806	5 920	5 920	835	6 755
FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO	805	5 907	5 907	-	5 907
CÉLIA TEREZA ASSUMPÇÃO	587	5 491	5 491	-	5 491
RAIMUNDA POMPEU DE SABOYA MAGALHÃES	561	5 893	5 904	1 767	7 671
<u>DE PL-6 PARA PL-5 - ANTIGUIDADE</u>					
<u>CABE A</u>					
LEDA FIALHO DINIZ MARTINS, conforme se verifica da relação abaixo:					
LEDA FIALHO DINIZ MARTINS	5 539	5 539	5 557	-	5 557
MARY FARIA ALBUQUERQUE	5 291	5 291	5 291	437	5 728
<u>DE AUXILIAR LEGISLATIVO, PL-7 PARA OFICIAL LEGISLATIVO, PL-6 - ACESSO</u>					
<u>MERECIMENTO ABSOLUTO - CONCORREM:</u>					
WILLIAM LIMA MACHADO NEWTON	1 163	2 390	2 390	-	2 390
GENOVEVA AYRES FERREIRA DIAS	1 158	2 023	2 023	349	2 372
LAURITA FANAIA DE BARROS	1 130	2 420	2 420	-	2 420
EVANDRO MESQUITA	1 119	1 999	1 999	517	2 516
HÉLIO DOLHER DA SILVA	936	2 482	2 482	1 894	4 376
SYLVIA MINAZI MANTOVANI PEIXOTO	851	2 462	2 462	-	2 462
FERNANDO SILVA DE PALMÁ LIMA	806	2 063	2 063	1 519	3 582
IZABEL MAGALHÃES EVANGELISTA	430	2 481	2 481	-	2 481
MARCELO ZAMBONI	430	1 905	1 905	296	2 201
<u>DE PL-8 PARA PL-7 - MERECIMENTO</u>					
<u>CONCORREM:</u>					
JOSE CARLOS PORTO DE MENDONÇA CLARK	1 172	2 056	2 056	-	2 056
JACY DE BRITO FREIRE	1 134	1 990	1 990	2 853	4 843

	CLASSE	CARREIRA	SENADO	SERVICO PÚBLICO	TOTAL
IRACEMA DA COSTA E SILVA DE CASTRO	1 130	2 248	2 248	6 330	8 578
RUBEM PATU TREZENA	1 130	2 045	2 045	2 328	4 373
ALPHEU CORDEIRO DOS SANTOS	897	2 069	2 069	8 287	10 356
VICTOR REZENDE DE CASTRO CAIADO	895	2 028	2 028	1 526	3 554
LEA ARAUJO DE PINA	847	2 033	2 033	-	2 033
CELSO LUIZ RAMOS DE MEDEIROS	806	2 060	2 060	-	2 060
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA CHAVES	587	1 809	1 809	-	1 809
MARIA DE LOURDES VEIGA	561	2 050	2 050	7 636	9 686
MARILIA BRÍCIO DOLHER DA SILVA	430	2 050	2 050	-	2 050
LUIZ CARLOS HOMEM DA COSTA	430	837	1 710	-	1 710
<u>DE PL-9 PARA PL-8 - MERECIMENTO</u>					
<u>CONCORREM:</u>					
OCTACIANO DA COSTA NOGUEIRA FILHO	837	837	837	1 455	2 292
MARIA MARTA GOMES DE OLIVEIRA	837	837	837	1 089	1 926
MIGUEL TEIXEIRA SOARES FILHO	837	837	837	377	1 214
NEIDE THEREZINHA DA LUZ	837	837	837	307	1 144
EDUARDO JORGE CALDAS PEREIRA	835	835	835	828	1 663
MAURÍCIO NERY LEITE GUIMARÃES	831	831	831	441	1 272
GERALDO SOBRAL ROCHA	829	829	829	-	829
AFONSO JOSE COELHO CÉSAR	822	822	822	4 411	5 233
VÂNIA MENDONÇA DE FIGUEIREDO	820	820	820	-	820
FRANCISCO DE ASSIS NEVES	814	814	814	-	814
REGINA PELOSI SILVA	796	796	796	956	1 752
SÉRGIO DE OTERO RIBEIRO	587	837	837	340	1 177
RUBEM SOARES BRANQUINHO	561	837	837	-	837
ROGÉRIO FREITAS PORTAL E SILVA	485	837	837	-	837
MARIA DELITH CALDAS PEREIRA	430	837	837	-	837
<u>DE PL-10 PARA PL-9 - ANTIGUIDADE</u>					
<u>CABE A</u>					
FERNANDO FONSECA, conforme se verifica da relação abaixo:					
FERNANDO FONSECA	837	837	837	-	837
LEONARDO GOMES DE CARVALHO LEITE NETO	837	837	837	-	837
GERALDO CAETANO FILHO	837	837	837	383	1 220

OBSERVAÇÕES: a) deixam de figurar nesta relação os funcionários sem o interstício de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, "ex-vi" do art. 101, da Resolução nº 6, de 1 960;

b) os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses, conforme dispõe o art. 122, § 2º, do Regulamento da Secretaria.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 13 de abril de 1 967.

Rubem Soares Branquinho, Auxiliar Legislativo, PL-9 — Ronica Arruda, Chefe da Seção. — Visto: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE ANTIGUIDADE DA CARREIRA DE AUXILIAR DE PORTARIA, SÍMBOLO PL-10 E DO CARGO ISOLADO DE AUXILIAR DE LIMPEZA, SÍMBOLO PL-11, PARA PROVIMENTO DAS VAGAS DECORRENTES DA NOMEAÇÃO PARA OUTRO CARGO, DE MOISÉS JULIO FERREIRA, AUXILIAR DE PORTARIA, SÍMBOLO PL-9, RESOLUÇÃO Nº 21/67 - D.C.N. DE 9/3/67.

ATÉ 9 DE MARÇO DE 1 967.

DE AUXILIAR DE PORTARIA, PL-10 A PL-9	CLASSE	CARREIRA	SENADO	SERVICO PÚBLICO	TOTAL
<u>ANTIGUIDADE - CABE A</u>					
<u>FRANCISCO DAS CHAGAS CARVALHO</u> , conforme se verifica da relação abaixo:					
FRANCISCO DAS CHAGAS CARVALHO	1 962	1 962	2 426	2 029	4 455
BRENO BRAZ DE FARIA	1 912	1 912	1 912	3 347	5 259
GERALDINO ALVES PORTO	1 407	1 407	1 816	1 389	3 205

<u>DE AUXILIAR DE LIMPEZA, PL-11 PARA AUXILIAR DE PORTARIA, PL-10 - ACESSO - ANTIGUIDADE - CABE A</u>	CARGO		SENADO	SERVICO PÚBLICO	TOTAL
<u>LUIZ MARCONDES DE OLIVEIRA</u> , conforme se verifica da relação abaixo:					
LUIZ MARCONDES DE OLIVEIRA	2 352	2 352	6 760	9 112	
JOSE MARTINS DE MORAES	2 334	2 334	-	2 334	
RAYMUNDO BARROS DA SILVA	2 311	2 311	5 730	8 041	

OBSERVAÇÃO: os interessados têm o prazo de cinco dias, a contar da publicação desta lista, para as reclamações e observações que pretendam formular a bem de seus interesses serem concordados com o disposto no art. 122, § 2º, da Resolução nº 6/60.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 13 de abril de 1 967.

Assinada por: Ronaldo Brumagim, Auxiliar Legislativo, PL-9 — Romach Aranha, Chefe da Seção. — Visto: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora do Pessoal.

MESA

Presidente — Moura Andrade — ARENA — SP
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — ARENA — RN
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES).

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krueger — (ARENA — RS)
 Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilaça — (RN)
 Vasconcelos Tórres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRNE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Attilio Fontana
Ney Braga	Leandro Maciel
João Cleóphas	Benedicto Valladares
Teotonio Viléia	Adolpho Franco
Júlio Leite	Sigefredo Pacheco

MDB

TITULARES	SUPLENTES
José Ermírio	Aurélio Vianna
Mario Martins	Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos	Vasconcelos Tórres
Antônio Carlos	Daniel Krueger
Aloysio de Carvalho	Benedicto Valladares
Eurico Rezende	Alvaro Maia
Wilson Gonçalves	Lobão da Silveira
Petrônio Portela	Jose Feliciano
Carlos Lindenber	Menezes Pimentel
Rui Palmeira	Leandro Maciel

MDB

TITULARES	SUPLENTES
Antônio Balbino	Aarão Steinbruch
Bezerra Neto	Aurélio Vianna
Josaphat Marinho	Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Feliciano	Benedicto Valladares
Lobão da Silveira	Adolpho Franco
Petrônio Portela	Arnon de Melo
Eurico Rezende	José Leite
Attilio Fontana	Mello Braga

MDB

TITULARES	SUPLENTES
João Abrahão	Adalberto Senna
Aurélio Vianna	Lino de Mattos
Secretário: Alexandre Mello.	

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenber

Júlio Leite

Teotonio Viléia

Domicio Gondim

Leandro Maciel

SUPLENTES

José Leite
 João Cleófas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Terres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotonio Viléia
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleófas
 Mem de Sa
 Jose Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaça
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krueger
 Petrônio Portela
 Attilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenber

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgilio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleóphas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrólio Portela
Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Petrólio Portela	José Guiomard
Domicio Gondim	José Leite
Alvaro Mata	Lobão da Silveira
José Cândido	Manoel Villagra
Mello Braga	Celso Ramos
Júlio Leite	Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch	Bezerra Netto
Rui Carneiro	Mário Martins
Arthur Virgílio	Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Domicio Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Celso Ramos	José Guiomard
Paulo Tôrres	Vasconcellos Tôrres
Carlos Lindenberg	Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho	Aarão Steinbruch
José Ermírio	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SÉCAS

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Rui Palmeira	Menezes Pimentel
Manoel Villaça	José Leite
Clodomir Milet	Domicio Gondim
Júlio Leite	Leandro Maciel
Duarte Filho	Petrônio Portela

M D B

Rui Carneiro	Pessoa de Queiroz
Aurélia Viana	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quintas-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Tôrres	Daniel Krieger
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindenberg	Rui Palmeira
Mem de Sá	Petrônio Portela
Eurico Rezende	Clodomir Milet

M D B

José Ermírio	Antônio Balbino
Lino de Mattos	Aurélia Viana
Josaphat Marinho	Aarão Steinbruch

Secretário: Afrâncio Cavalcanti Melo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

SUPLENTES

TITULARES	SUPLENTES
Teotônio Villela	Felinto Muller
Antônio Carlos	Mem de Sá
José Feliciano	José Leite
Lobão da Silveira	José Guiomard

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares	Alvaro Mata
Melinto Muller	Fernando Corrêa
Aloysio de Carvalho	Celso Ramos
Antônio Carlos	Wilson Gonçalves
José Cândido	José Guiomard
Arnon de Melo	José Leite
Mem de Sá	Clodomir Milet
Rui Palmeira	Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz	Pedro Ludovico
Aarão Steinbruch	Aurelio Viana
Mário Martins	Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Casteljón Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigeiredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaça

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Sigeiredo Pacheco	Júlio Leite
Duarte Filho	Clodomir Milet
Fernando Corrêa	Ney Braga
Manoel Villaça	José Cândido

M D B

Pedro Ludovico	Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello	

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Torres	Attilio Fontana
José Guiomard	Adolpho Franco
Sigeiredo Pacheco	Manoel Villaça
Ney Braga	Mello Braga
José Cândido	Júlio Leite

M D B

Oscar Passos	Adalberto Sena
Mário Martins	Pedro Ludovico

Secretário: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
Jose Guiomard**SUPLENTES**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaça
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgilio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos, Dantas
Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Matos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTES**José Guiomard
Petronio Portela
Domicio Gondim
Carlos Lindenberg**M D B**

Arthur Virgilio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guiomard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guiomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTES**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Muller
Sigefredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos